

PLANEJAMENTO DE ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DE CASO MÚLTIPLOS NO PIBID LETRAS UFCG-CG

Alachermam Braddylla Estevam
Universidade Federal de Campina Grande (Pos-Le-UFCG)
alashermam_T@hotmail.com

Orientadora: Márcia Candeia Rodrigues
Universidade Federal de Campina Grande
marciac_rodrigues@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as concepções de planejamento de ensino realizadas por ex-participantes do subprojeto Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)- LETRAS-UFCG-CG. Como embasamento teórico, utilizamos os estudos de Vasconcellos (2004), Menegolla e Sant' Anna (2003), Tardif (2002), Libâneo (2005), Carneiro e Rodrigues (2013) que contemplam discussões acerca do planejamento de ensino de línguas. O estudo está situado no âmbito da Linguística Aplicada e da Educação, e caracteriza-se, de acordo com Bortoni-Ricardo (2008), como uma pesquisa qualitativa de natureza interpretativista, a partir de uma abordagem de estudo de caso múltiplos. Os dados foram obtidos através de um questionário escrito, enviado e coletado via e-mail. Como resultados, constatamos que os ex-participantes adotam diferentes concepções de planejamento e que o subprojeto influenciou positivamente o ensino de Língua Portuguesa em sala de aula, contribuindo de modo efetivo na formação docente, através das práticas vivenciadas no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Ensino de Língua Portuguesa. PIBID. Formação de professor.

INTRODUÇÃO

O ato de planejar faz parte da história do homem, pois, a vontade de transformar anseios em realidade objetiva é uma preocupação que acompanha a maioria das pessoas. Nas mais simples ações humanas do dia-a-dia, quando o homem pensa de forma a atender seus objetivos, ele está planejando, sem necessariamente registrar tecnicamente suas ações que irá realizar durante o dia. Assim, pode-se dizer que a ação de planejar ou o planejamento, faz parte da vida.

Na educação, o ato de planejar tem grande importância para o direcionamento das ações educativas e organização dos sistemas e redes de ensino. É preciso planejar, pensar, prever a prática educativa dentro do contexto no qual se está inserida. E conforme a responsabilidade de ensinar é necessária que ocorra ações de planejamento, pois quando o professor ensina não transmite apenas conteúdos, mas sim, atua na formação de sujeitos reflexivos, pensantes e críticos.

Sendo assim, buscamos neste artigo discutir o planejamento de ensino da aula de Língua Portuguesa, compreendendo-o como um processo de ensino-aprendizagem dependente do ato

de planejar, baseado na reflexão articulada de seus objetivos, de suas ações, do diagnóstico, das estratégias e atividades desenvolvidas ao longo do processo.

Para Menegolla e Sant'Anna (2001, p. 25):

Planejar o processo educativo é planejar o indefinido, porque educação não é o processo, cujos resultados podem ser totalmente pré-definidos, determinados ou pré-escolhidos, como se fossem produtos de correntes de uma ação puramente mecânica e impensável. Devemos, pois, planejar a ação educativa para o homem não impondo-lhe diretrizes que o alheiem. Permitindo, com isso, que a educação ajude o homem a ser criador de sua história.

Essa concepção amplia a noção de planejamento, estabelecendo que mesmo com a ação de planejar, os resultados podem ser imprevisíveis, mesmo assim, esta ação deve seguir como norteadora para que auxilie todo o processo. Dessa forma, enfatizamos o ensino de língua e especificamente o planejamento de ensino de Língua Portuguesa, considerando que existe um conceito de língua (gem), que orienta o processo de planejar, proporcionando professores e alunos possibilidades de expandir seus conhecimentos e utilizá-los nos diferentes contextos sociais.

Diante do que explanado, elencamos como objetivo analisar as concepções de planejamento de ensino realizadas pelos ex-participantes do subprojeto Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG-CG).

PLANEJAMENTO DE ENSINO NO ÂMBITO DA DIDÁTICA

A Didática é defendida e estudada há séculos por diferentes teóricos, estudiosos e autores que buscavam identificar e discutir sobre as várias técnicas e modelos de metodologias educacionais existentes, que teriam como um único fim a melhoria da educação. De acordo com Libâneo (1994, p. 71), ela é considerada uma disciplina que estuda o processo de ensino, os conteúdos científicos, os métodos e as formas de organização de ensino, as condições e meios que mobilizam o aluno para o estudo ativo e desenvolvimento intelectual, além dos fatores materiais e sociais reais condicionantes das relações entre docência e aprendizagem. Sendo assim, dentre as noções gerais no âmbito da Didática, o planejamento é um de seus componentes no processo de ensino e aprendizagem no espaço escolar.

O processo de planejamento, desde o seu aparecimento até os dias atuais, perpassa fases bem definidas que acompanham a divisão da história e que se inicia nos primórdios da

civilização humana, passando pelo período racionalista, antiguidade e idade média, moderna e contemporânea. Segundo Martinez & Lahore (1977, p.11),

O planejamento é como um processo de previsão de necessidades e racionalização do emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original.

Conforme os autores, vários elementos são apontados como fundamentais na concepção e confecção de um planejamento, como por exemplo, entender que um planejamento deve ser um processo de prever necessidades, procurando vê-las e pensá-las com o objetivo de superá-las. Podemos ainda entendê-lo como um processo de racionalização dos meios que devem sempre contribuir para alcançar os objetivos propostos, contemplando a importância dos prazos e etapas estabelecidas para a finalização concreta do que nos propusemos ao iniciarmos a tarefa de planejar nossas ações.

Tosi (2001, p. 84) informa que o planejamento sistemático das ações surge no final do século XIX dentro da Revolução Industrial, em um primeiro momento na Inglaterra, depois se irradiou para os outros países industrializados. Tendo sido utilizado pelos governos após a Segunda Guerra Mundial, para a resolução de questões mais complexas.

A adoção do planejamento no campo da gestão industrial teve uma adesão tão grande que as outras instituições se sentiram motivadas e passaram a se preocupar com a sua importância, uma vez que ele visava a suprir as necessidades de um comércio em ascensão que exigia uma nova organização. Com isso, pode-se dizer que foi a partir desta época que o planejamento se universalizou. Nas escolas, por exemplo, ele era utilizado a princípio como uma maneira de controlar a ação dos professores de modo a não interferir no regime político da época.

Diante disso, o planejamento no âmbito escolar, durante grande parte do século XX, ficou restrito a aspectos técnicos. Planejar seria apenas reconhecer os meios eficientes na busca de resultados. Nesse sentido, por vários anos, projetos e planos políticos dificilmente atendiam as demandas por educação da população. Ficando evidente que, para ocorrer o atendimento dessas demandas, seria necessário entender o planejamento não apenas como uma ação técnica, mas também política, que levasse em consideração as necessidades da sociedade.

Assim, o ato de planejar não pode priorizar o lado técnico em detrimento do lado político-social ou vice-versa, visto que ambos são importantes. Conforme explicita Luckesi (2001, p.108):

O planejamento não será nem exclusivamente um ato político-filosófico, nem exclusivamente um ato técnico; será sim um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científicas, na medida em que não pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados.

Essa assertiva nos fez inferir que a prática de planejar em todos os níveis – educacional, administrativo, social – ganhe uma dimensão política e científica, ultrapassando a dimensão técnica, integrando-a numa dimensão político-social. Dessa forma, a dimensão política no contexto educacional se faz presente a partir do momento que ocorre previsão de objetivos, conteúdos programáticos e de processos avaliativos.

Para Libâneo (1994, p. 222), a ação de planejar não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes de tudo, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógico, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas. Assim, o autor explicita que os principais requisitos para o planejamento são: os objetivos e tarefas da escola democrática, as exigências dos planos e programas oficiais; as condições prévias dos alunos para a aprendizagem; os princípios e as condições do processo de transmissão e assimilação ativa dos conteúdos.

As práticas educativas, nesse contexto didático são entendidas como fator de mudanças, renovação e propostas de sucesso ao considerarem o planejamento como um recurso de valor organizacional, devendo se constituir num instrumento real de investimentos indispensáveis ao sucesso dos segmentos envolvidos nessas práticas. Portanto, o planejamento se encarregava de mediar e articular o trabalho coletivo na educação, em seus diferentes níveis, que se integram e se articulam por meio do planejamento participativo.

A partir dessas constatações, pode-se considerar que o planejamento educacional é de maior abrangência e reflete as grandes políticas educacionais.” (VASCONCELLOS, 2000, p.95). Em relação ao planejamento de ensino, esse encontra-se diretamente ligado ao ensino visando objetivamente efetivá-lo.

Conforme apontado por Padilha (2001, 2003), o planejamento de ensino é o processo de decisão sobre a atuação concreta dos professores no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações em constante interação entre professor e alunos e entre os próprios alunos. Mediante tal afirmação, para desenvolver a função didática, o professor é

responsável pelo processo de planejamento, organização, direção e avaliação das atividades que compõem o processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Desta forma, cada aula é uma situação didática específica e singular, em que os objetivos e conteúdos são desenvolvidos a partir de métodos e modos de realização do ensino, de maneira a proporcionar aos alunos conhecimentos e habilidades expressas por meio de uma metodologia compatível com a temática estudada.

Assim, o planejamento de ensino não pode ser visto como uma atividade estanque. Para tanto, o professor que deseja realizar uma boa atuação docente sabe que deve participar, elaborar e organizar planos em diferentes níveis de complexidade para atender seus alunos. E, o resultado desse planejamento é o plano de ensino, que corresponde à previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre; é dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico (LIBÂNEO, 1994, p. 225).

METODOLOGIA

Esta pesquisa ancora-se nos pressupostos teóricos da Linguística Aplicada (doravante LA) e dos estudos no âmbito da Educação. As pesquisas em LA envolvem formulação teórica sobre o uso da linguagem em contextos os mais diversos, o processo de ensino e de aprendizagem da língua (materna ou estrangeira), de tal forma que, embora se centre na resolução de problemas específicos e opere com conhecimentos teóricos de outras disciplinas, podem formular seus próprios modelos teóricos à medida que desperta questionamentos os mais diversos sobre a natureza do ensino de línguas e sobre a forma de condução de seu trabalho no espaço escolar.

Rajagopalan (2006, p. 73) discute a necessidade de se compreender a LA como um campo de investigação transdisciplinar, o que significa:

Atravessar (se necessário, transgredindo), fronteiras disciplinares convencionais com o fim de desenvolver uma nova agenda de pesquisa que, enquanto livremente informada por uma ampla variedade de disciplinas, teimosamente procuraria não ser subalterna a nenhuma.

É nessa LA que nos inscrevemos, para estabelecer diálogos com outros campos de investigação que traz consigo a permeabilidade entre diferentes áreas do conhecimento na busca

de soluções para problemas linguísticos socialmente relevantes e de construções conceituais conjuntas.

No campo educacional, segundo Ghedin e Franco (2008, p. 47), o movimento reflexivo do sujeito ao empírico gera novos conhecimentos, ou seja, nova compreensão e interpretação. Sendo assim, ao refletirmos sobre nossos dados, buscamos compreender as concepções de planejamento de ensino dos ex-participantes do subprojeto PIBID LETRAS UFCG-CG, que estão atuando em sala de aula como professores de Língua Portuguesa.

Ao partir dessa inserção, adotamos uma abordagem qualitativa e interpretativista de pesquisa, de cunho explanatório, visto que essa metodologia considera que não há como observar o mundo independente das práticas sociais e significados vigentes.

Ainda do ponto de vista metodológico, consideramos que esta pesquisa se configura como estudo de caso múltiplo, em função do contexto e do público investigado. Para Marconi e Lakatos (2011, p. 274), esse estudo refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano.

Como procedimento metodológico, o questionário foi enviado e coletado via e-mail para um grupo de treze ex-participantes do subprojeto PIBID-LETRAS UFCG-CG, do qual obtivemos retorno das respostas de oito professores. Essa escolha se justifica em função de os participantes terem concluído o curso, não fazerem mais parte da instituição e, em algumas situações, não morarem mais na cidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos a análise do questionário aplicado, no qual os conceitos utilizados como referencial teórico serão aqui ressignificados. Contribuíram com essa pesquisa oito ex-participantes, que já concluíram o curso de Letras- Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Campina Grande e atuaram no subprojeto PIBID LETRAS UFCG CG entre os anos de 2012 a 2015. De acordo com o código de ética, seus nomes foram suprimidos e os identificamos pela letra P (professor) seguida de uma numeração sequencial.

A concepção de planejamento de Língua Portuguesa é apontada pelos professores como uma das atribuições do trabalho do professor, como norteadora de seu trabalho, como processo que envolve (re) pensar as ações do ensino-aprendizagem de LP e como imprescindível para organizar, sem monotonia o ensino-aprendizagem nas aulas. Vejamos os recortes e grifos feitos:

P1: Trata-se de uma das **atribuições do trabalho do professor**.

P 2: Acredito que o planejamento da aula de Língua Portuguesa é um instrumento que **norteia o trabalho do professor em sala de aula.**

P 3: Planejamento é o **processo de (re)pensar ações** para o **desenvolvimento de ensino-aprendizagem de língua portuguesa;**

P 7: A meu ver, o **planejamento de aula é algo imprescindível** quando se deseja que o **processo de ensino-aprendizagem** ocorra de modo organizado, sem monotonia e aliado à realidade da turma em que serão ministradas as aulas.

Os recortes feitos apontam denominações referentes ao planejamento de ensino em LP, como (*atribuições*), no sentido de estabelecer que o professor deve ter competências para planejar suas atividades e preparar o material necessário à execução das mesmas; como (*norteador*), pois ele permeia todos os elementos de uma aula, desde seus objetivos até a avaliação ao final do processo.

Os professores P 3 e P 7 mencionam o planejamento como (*processo*), algo que conforme foi apresentado por autores, como Padilha (2003), Vasconcellos (2004), Libâneo (2000), no sentido de planejar não como um produto acabado, mas sim dinâmico frente à realidade que o desafia.

Nesse sentido, ao estabelecer o planejamento como (*processo*), envolvendo operações como analisar, refletir, selecionar, estruturar, isso requer que o professor se volte para a organização de ações que permitam a consecução de objetivos de ensino e também de aprendizagem, como de conteúdos, a partir da escolha de estratégias metodológicas e formas de avaliação. Sendo assim, permite que o professor acompanhe o processo de ensino aprendizagem dos alunos, de modo a estabelecer tomadas de decisões ao longo do processo.

O professor 4 menciona sua experiência em sala de aula para conceituar a noção de planejamento, colocando-o como imprescindível para um trabalho sistemático em sala de aula. Entretanto, ele vai além, ao expor que a ação de planejar desmitifica o "mito" de que não existe uma relação teoria e prática entre os conteúdos estudados pelo professor nos cursos de graduação, por exemplo, e os conteúdos ensinados aos alunos. Vejamos:

P4: Acredito e a experiência tem confirmado que **o planejamento das aulas de língua portuguesa (LP) é imprescindível para o trabalho pedagógico mais sistemático do professor.** Não se trata de um discurso falacioso em que se professa que na teoria é de uma forma e na prática é de outra, pelo contrário, **estar com o conteúdo referente à articulação dos eixos do ensino de LP devidamente planejamento, é mais provável que o professor consiga desenvolver, de modo mais consciente, o que se propôs no momento de preparação das aulas.** Embora, reconheçamos claro, que uma aula é “uma

caixinha de surpresa”, em que tudo pode acontecer **ter um planejamento permite ao profissional, inclusive, resolver ou sobressair de situações que, a princípio, o possa desestabilizar.**

Como ele nos apresenta, quando o professor tem conhecimento e sabe articular o eixo do ensino de língua, provavelmente saberá desenvolver o que pretende em suas aulas, pois é necessário que ocorra a interpenetração dos saberes teóricos e dos saberes práticos, ou vice-versa. Nessa perspectiva, entender a função e as teorias do ensino de Língua Portuguesa subsidiam o trabalho do professor em sala de aula, levando a desenvolver um perfil reflexivo-investigativo no planejamento das aulas, observação das dificuldades de aprendizagem e os fatores que conduzem o ensino-aprendizagem.

Mesmo assim, é colocado pelo professor 4 que embora ocorra o planejamento, nem tudo pode sair como planejado, conforme é colocado pela expressão “caixinha de surpresas”. Visto que cada aula, cada turma, cada escola possui realidades diferentes, e às vezes, situações podem fugir do controle do professor. Mesmo assim, é necessário e importante o planejamento da aula, pois permite que, embora situações imprevistas aconteçam, o professor tenha conhecimento e consciência para resolvê-las.

O professor 8 apresenta um conceito amplo sobre a ação de planejar, “O planejamento das aulas, **seja ela qual for, é de imensa importância, tanto quanto a própria aula...**” Em sua resposta, ele apresenta a seguinte suposição: “**É apavorante você chegar em sala de aula sem saber o que irá fazer, sem ter preparado nada. Sua aula provavelmente será um fiasco, inclusive, os seus alunos percebem quando você dá aula despreparado.**” Inferimos, nesse caso, o planejamento como norteador, guia das ações do professor em sala de aula, pois não saber o que fazer e como fazer, acarreta uma desorganização e conseqüentemente um despreparo por parte do professor.

Parafraçando Libâneo (2000), o estabelecimento de objetivos antecipa resultados e processos esperados do trabalho conjunto do professor e dos alunos. Nesse sentido, ao compreendermos o planejamento como organizador de ações, de ideias e informações necessárias para o contexto escolar e para a concretização dessas ações, é pertinente o estabelecimento de objetivos. Além de refletir sobre a organização desejada, o planejamento de Língua Portuguesa leva-nos a uma ação dialógica coerente com a realidade dos alunos, o que nos proporciona outras realizações, como, por exemplo, a metodologia a ser aplicada. Conforme fica evidenciado nas respostas dos professores, vejamos:

P 1: Em relação ao planejamento **de Língua Portuguesa**, diz respeito ao **estabelecimento de objetivos e operacionalizações** para tornar possível a

realização de aulas sobre leitura, produção textual (oral e escrita) e análise linguística.

P 2: Ele engloba as ações estudadas pelo professor, os **objetivos traçados, a metodologia pensada e planejada** como forma de atender à realidade dos alunos, bem como o que se **espera alcançar** ou até mesmo o direcionamento de novos caminhos que **possibilitarão aprendizados ou reflexões pertinentes** para o ensino da Língua Portuguesa.

P 5: Atualmente sou professora na rede privada (turmas de 2º e 3º ano do ensino médio) e na rede pública de ensino (turmas entre 6º e 9º ano do ensino fundamental). **Utilizo estratégias diferentes para o planejamento das aulas em cada instituição.** Para os meus alunos da **instituição particular**, tenho que **focar no estudo da estrutura formal da língua e na crítica de textos**, já que estão se preparando para o ENEM assim, as aulas são pensadas e executadas mantendo um perfil mais expositivo/dialogado. Já com os alunos da **rede pública**, priorizo **trabalhar com as dificuldades de conteúdos apresentadas pela turma, bem como, a questão da oralidade** (a maior parte desses alunos tem muita dificuldade de se expressarem, tanto oralmente, quanto verbalmente). As aulas com meus alunos do **ensino fundamental** costumam ser mais **dinâmicas**. Há uma linearidade nos conteúdos trabalhados pelo **ensino médio**, já com os alunos do ensino fundamental, **não trabalho essa linearidade**, nesse último caso, os conteúdos são trabalhados de acordo com a resposta da turma.

P 7: **Através do planejamento de aula**, o professor pode fazer uma **auto avaliação acerca dos procedimentos metodológicos** utilizados ao observar se estes estão despertando o interesse dos alunos e, em caso negativo, poderá **readaptar a metodologia** de maneira que se cumpram todos os **objetivos** exigidos pela LDB, pelos **PCNs e pelo projeto pedagógico da instituição escolar**.

Percebemos que para o professor 2 contemplar as ações planejadas, elementos como os objetivos e o estabelecimento da metodologia são essenciais para o direcionamento das atividades em sala de aula e para a concretização das ações de planejamento.

A professora 5 explica que para atingir seus objetivos em seu planejamento utiliza ações de ensino diferentes. Inicialmente, ela faz uma diferenciação das metodologias aplicadas nas escolas privadas e nas escolas públicas. No que diz respeito à escola privada em que a professora leciona, as questões do uso da gramática formal se sobressaem nas aulas de Língua Portuguesa. Subjacente, a esta resposta, entendemos que os objetivos de ensino são diferentes, daí a visão planejada de planejamento encontrando a tendência a reduzir o planejamento à elaboração de um plano de aula ou elaboração de atividades. Diante disso, a prática escolar muitas vezes encontra-se distante da realidade dos alunos e dos usos linguísticos.

Ao mencionar a escola pública, a professora demonstra que segue seu próprio planejamento relacionando o desenvolvimento dos alunos à sua realidade, por exemplo. Visto

que, ao final de sua resposta, é mencionado que o planejamento na escola pública vai de acordo com as necessidades e desenvolvimento da turma. Entretanto, o planejamento na escola privada visa os exames nacionais, seguindo uma linearidade que não dá autonomia ao professor, nem relaciona com as questões de aprendizagem dos alunos.

O professor 7 afirma que é através da ação de planejar as aulas que ocorre as auto avaliações, seja do trabalho de planejamento do professor seja relacionado ao aprendizado dos alunos, sendo necessário nesse processo analisar se em seu planejamento os objetivos foram alcançados. Nesse caso, se algumas situações não ocorreram como esperadas, pode-se reformular e readaptar suas estratégias metodológicas.

Outro aspecto que destacamos é que o professor em questão aborda duas concepções de planejamento. Uma sendo mais restrita voltada para a realidade da turma, da escola, considerando o desenvolvimento dos alunos. E outra, sendo mais ampla enfatizada pelos documentos que gerem a Educação, como a LDB, os PCN e o PPP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento de ensino de Língua Portuguesa constituiu nosso objeto de estudo, nesse sentido a partir das discussões teóricas e de análise, concluímos que ele tem sido considerado uma importante ferramenta para o desenvolvimento de ações didáticas e pedagógicas ao trabalho do professor, pois essas atividades buscam norteá-lo, prever formas alternativas, adequadas e coerentes para se alcançar determinados objetivos. Dessa forma, podemos conceber o planejamento de ensino como um instrumento favorável, norteador e flexível, que se estabelece a partir de elementos que o compõem, como por exemplo: objetivos, metodologia, avaliação.

Através das respostas obtidas nos questionários, percebemos que os ex-participantes incorporaram diferentes concepções de planejamento em suas práticas em sala de aula, estando em consonância com os saberes teóricos apresentados em nossa fundamentação, por autores como Menegolla & Sant' Anna (2003), Vasconcellos (2004), Padilha (2003), Libâneo (2005). Compreendemos, então, que o professor ao ter domínio dos conhecimentos dos aportes teóricos relativos às concepções de língua pode desenvolver melhor seu planejamento em sala de aula, relacionando-o com o contexto escolar e os conhecimentos dos alunos. Reconhecemos, conforme respostas que a experiência adquirida pelos participantes do subprojeto PIBID LETRAS UFCG, certamente, contribui para amenizar o choque com a realidade escolar, proporcionando através da vivência nesse ambiente o aperfeiçoamento da prática de ensino.

Assim, reiteramos, nessa conclusão, a tese de que o planejamento é determinante no trabalho do professor, pois não há como entrar em sala de aula sem um planejamento, como foi evidenciado nas respostas dos ex-participantes e, para isso, é preciso organização, leitura, domínio de conteúdo e principalmente disposição para adequar à metodologia de forma que atenda às necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINEZ, Maria Josefina; LAHORE, Carlos E. Oliveira. **Planejamento escolar**. São Paulo: Saraiva, 1977.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar currículo – área – aula**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto pedagógico da escola**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RAJAGOPALAN, K. **Repensar o papel da linguística aplicada**. In: Moita Lopes, L.P. (org) Por uma linguística aplicada interdisciplinar. São Paulo, Parábola, 2006.

TOSI, R, M. **Planejamento, programas e projetos**. 3ª Ed. Alínea, 2001.